

Variação e Preconceito

Luiz Carlos Cagliari

Resumo

Neste artigo, a variação lingüística é discutida em relação ao Português. Do ponto de vista da Lingüística Histórica, o problema da variação é uma força subjacente que induz as línguas a mudarem no decorrer do tempo. Como resultado desta mudança, não apenas a estrutura adquire uma nova dimensão, mas também valores do uso podem ser readaptados a uma nova situação.

O fenômeno da variação é uma desculpa para introduzir preconceito lingüístico na sociedade. Este fato pode ser modificado apenas através de um programa de educação apropriado, no qual os alunos entendam a língua como um sistema de regras, com a ajuda de uma abordagem descritiva a todas as variedades da linguagem, ao invés de um programa normativo de gramática.

Palavras chaves: variação lingüística, mudança histórica, linguagem e educação.

Abstract

In this article, the linguistic variation is discussed with particular reference to Portuguese. From the point of the view of the Historical Linguistics, the problem of variation is an underlying force that induces languages to change in time. As a result of this changing, not only the structure acquires a new dimension, but also values of use can be re-adapted to a new situation.

The phenomenon of variation is an excuse for introducing linguistic prejudice in society. This fact can be modified only through proper education program, in which the students see the language as a system of rules, with the help of a descriptive approach to all varieties of the language, instead of a normative grammar program.

Key words: linguistic variation, historical change, language and education.

INTRODUÇÃO

Desde as primeiras manifestações de escrita, ficou claro à consciência dos observadores atentos, que a linguagem humana apresenta formas e estruturas variantes, mesmo dentro de uma pequena comunidade de falantes. Por esta razão, a opção pelos sistemas ideográficos sempre foi uma escolha muito consciente, com excelentes resultados para a comunicação e para o desenvolvimento de tecnologias. Até hoje, uma ciência como a matemática não abriu mão do uso de um sistema ideográfico. Por outro lado, com o aparecimento dos sistemas fonográficos, como, por exemplo, o alfabético, foi necessário estabelecer uma ortografia para que esses sistemas fun-

cionassem de maneira minimamente adequada em uma sociedade. A ortografia recupera o caráter ideográfico da escrita, neutralizando a variação lingüística atrelada aos elementos sonoros da linguagem, no caso do sistema alfabético. Essa neutralização permite que os falantes de diferentes dialetos possam ler e escrever sem se preocupar com a própria pronúncia nem com a dos outros. Ninguém precisa ler um livro escrito em Portugal com o sotaque lusitano...

Esta consciência da variação também foi sentida de maneira mais ampla quando surgiram as primeiras gramáticas. Neste caso, as variações passaram a ser tratadas de duas maneiras: 1) *variantes estruturais*, ou seja, maneiras diferentes de usar estruturas lingüísticas, gerando o

Luiz Carlos Cagliari é Professor Titular de Fonética e Fonologia da Universidade Estadual de Campinas; Pesquisador do CNPQ. Texto de conferência no III Congresso Internacional de Língua e Literatura do Mercosul, 4,5 e 6 de novembro de 1999 – Ulbra, Canoas, RS.

Textura	Canoas	n. 2	1º semestre de 2000	p. 15-22
---------	--------	------	---------------------	----------

que se costuma dizer ser a 'regra geral' e o restante, 'as exceções'; 2) variantes sociais, isto é, modos de falar típicos de diferentes classes sociais e de lugares diferentes. Tais variantes dividiam os falantes em dois grupos: a) a fala das pessoas ricas e poderosas, que passaram a ditar uma moda lingüística, e b) a fala das pessoas de nível sócio-econômico e cultural baixo, que passaram a ter um comportamento lingüístico considerado imperfeito ou errado, uma vez que seu modo de falar denunciava a origem e o status social dos falantes. As gramáticas colocaram este último caso em um capítulo especial chamado de 'vícios de linguagem', quando, por algum descuido, tais fatos eram encontrados em autores considerados bons escritores.

Vista por outro ângulo, a linguagem humana é, sem dúvida, o fato mais notável do processo de evolução da espécie humana, biologicamente falando. Para chegar lá, foi preciso um longo caminho de evolução, cujo processo passou a ser parte ativa e constante do próprio uso da linguagem. As necessidades dos usuários fizeram com que os elementos e as estruturas lingüísticas fossem se modificando, adaptando-se às contingências da vida social, biológica e lingüística das comunidades de falantes. A idéia de uma 'babel' ilustra bem o que se quer dizer.

Algumas variações passam para gerações seguintes como mudanças do sistema anterior num processo incessante. O que era apenas dialetos diferentes, com o tempo, passa a constituir línguas diferentes, quando se comparam esses sistemas lingüísticos entre si. Por isso dizemos que do Latim vieram as línguas românicas e que Português não é mais Espanhol, nem Galego, nem Francês, Italiano, etc. Porém, pelas mesmas razões estruturais, dizemos que, no Brasil, há muitos modos diferentes (variantes) de falar que, no entanto, constituem apenas dialetos da Língua Portuguesa e não línguas diferentes.

Um dos fatores mais típicos e atuantes que transformam variantes lingüísticas em mudanças é o contato com línguas estrangeiras, quando o falante nativo de uma língua é obrigado a deixar de lado a sua para se tornar falante de uma outra língua. Essa é a situação em que se encontram, em geral, os emigrantes ou os povos dominados, obrigados a adotar a cultura dos estrangeiros. Nessas ocasiões, se houver uma política lingüística de forte imposição, as novas gerações abandonarão a língua e os sotaques dos pais e passarão a ser falantes nativos da nova língua, como qualquer

outro falante nativo dela. As variações da fala dos pais são apenas transitórias e morrem com eles, raramente, deixando alguns vestígios durante certo tempo. Quando, porém, a língua imposta segue um processo de adaptação diacrônica baseado nas necessidades lingüísticas dos usuários, a interferência de uma língua em outra é enorme, bem como as idiosincrasias que levam os falantes de maior prestígio na sociedade a diferenciar o próprio modo de falar, para não ser confundido com a fala dos 'invasores', 'conquistadores' ou apenas do fato inevitável de vida em que se encontram. Neste caso, as variantes tornam-se rapidamente mudanças, espalham-se e difundem-se na comunidade e passam para novas gerações como um novo modelo. Como o exemplo vem das camadas bem sucedidas da sociedade, tais inovações são vistas como formas de prestígio e acabam gerando uma nova língua.

Na Península Ibérica, o Latim substituiu as línguas locais, as quais deixaram de existir, por causa do poder e do prestígio dos romanos. Curiosamente, a mesma península foi invadida pelos árabes, porém não foi implantada a língua árabe. O Latim que existia na época resistiu e acabou gerando, entre outras, a Língua Espanhola e, depois, o Português, com pouca influência árabe.

Um outro fato notável aconteceu com a Renascença. Os renascentistas copiaram os modelos literários do Latim e do Grego Clássicos, pensando em recuperar uma cultura antiga invejável, produziram obras de arte de grande valor literário, não em Latim ou em Grego, mas nas línguas vernáculas. Com isso, tais línguas passaram a ter um prestígio literário enorme e estabeleceram um padrão de norma culta à altura das obras literárias clássicas da antigüidade. Uma consequência disso foi a morte declarada do Latim e do Grego como línguas de uso diário. Os renascentistas, insatisfeitos com as línguas vernáculas, querendo reaver os antigos modelos clássicos, acabaram com o que pensavam que estavam salvando.

O surgimento, pois, das mudanças lingüísticas está condicionado ao aparecimento de variações lingüísticas (dialetos, jargões, sotaques, etc.) e estas fazem parte do esforço do homem para adaptar a linguagem às suas necessidades como falante, ouvinte, enfim, como usuário de uma língua. Nesse sentido, a linguagem segue um caminho evolutivo semelhante ao das mutações das espécies em biologia. Embora não se possa dizer que a mudança depende da vontade do indivíduo, a vontade de muitos indivíduos,



certamente, é um fator primordial para que simples variantes tornem-se fatos estabelecidos no sistema. Apesar de ter estado em moda durante um certo tempo das pesquisas lingüísticas, a chamada 'lei do menor esforço' é uma razão muito secundária. A adaptação lingüística almejada pelo usuário nem sempre encontra no menor esforço o motivo para aceitar uma forma e não outra. O fenômeno de assimilação tão comum, em geral, tem outras razões para ser, que não uma pronúncia frouxa, relaxada, ou seja, uma razão baseada na lei do menor esforço. Para ilustrar isto, basta dizer que toda assimilação precisa ter um contexto estrutural favorável e isto já é um forte argumento que dispensa a preguiça do falante. Há, ainda, uma falta de estudos específicos e completos a respeito da percepção dos sons da fala, para mostrar até que ponto as distorções de produção afetam o entendimento do que foi dito e o reconhecimento das estruturas lingüísticas. Por razões extra-lingüísticas, uma pessoa pode falar omitindo ou acrescentando sons. Dependendo do interlocutor tais irregularidades podem gerar uma compreensão errada do que foi dito ou serem consideradas irrelevantes, não causando, portanto, nenhum dano à comunicação. Por outro lado, uma irregularidade desse tipo pode gerar uma forma nova, tida como correta pelo interlocutor que, eventualmente, irá tentar usá-la e passá-la adiante, gerando uma situação nova, caso não seja corrigido de seu engano. Equívocos de falantes, entretanto, costumam ser barrados pelos demais usuários, interrompendo um processo de mudança descontrolada da língua.

A influência de um substrato lingüístico – um sistema nativo interferindo em um sistema adquirido posteriormente – é um fator muito mais importante. A linguagem até certo ponto realiza-se como um processo que foi automatizado, ou por ser inato ou quando se adquire a linguagem e o uso de uma língua pela primeira vez. Ao falar uma língua estrangeira, os substratos da própria língua agem inconsciente e automaticamente e, se o falante não ativar um processo de auto-avaliação constante, acaba-se acostumando com elementos e estruturas lingüísticas que, na verdade, não deveriam estar nem em sua língua de origem, nem na nova língua que passou a usar. Dada a natureza do fenômeno, é fácil constatar que há tendências gerais que fazem com que muitos indivíduos que se acham na mesma situação acabem manifestando com-

portamentos lingüísticos semelhantes. Surge, então, o que se pode definir como um 'sotaque'.

Existe uma expectativa natural de que falantes que passam a usar uma língua estrangeira apresentem algum tipo de sotaque, o qual, como foi dito antes, se fundamenta no substrato lingüístico dos falantes e, por esta razão, mostra traços comuns às línguas que formam esse substrato, de tal forma que não é difícil predizer qual é a língua de origem dos falantes, pela simples observação dos traços que definem um determinado sotaque. Muitas vezes, os elementos prosódicos, como o ritmo e a entonação, são muito evidentes, bem como a presença muito constante de certas qualidades vocálicas ou consonantais. Por exemplo, é fácil distinguir um falante nativo de Português, de um que usa um sotaque francês ou americano. Este usará a retroflexão como um dos traços distintivos do seu sotaque, e, aquele, vogais anteriores arredondadas. Por outro lado, sempre causa admiração e, até uma certa estranheza, ver um estrangeiro falando sem sotaque. Certamente, estas observações são muito importantes para quem ensina línguas estrangeiras ou lida com questões de bilingüismo. A perfeição do sistema é algo que se adquire como falante nativo, não sendo um ideal para o falante estrangeiro. Os limites dessa medida, todavia, são uma questão que tem de ser estabelecida em função de uma pesquisa específica que leve em conta as expectativas da sociedade.

Como os falantes nativos adquirem a linguagem através de um uso natural, em um ambiente natural e sem os pesadelos dos aprendizes de línguas estrangeiras, juntamente com as formas e estruturas lingüísticas, vêm os contextos de uso e os valores socioculturais que estão atrelados aos elementos de linguagem e, de modo particular, à vida de uma determinada língua, num tempo e lugar. Conhecer a cultura de um povo é um fator importante quando se aprende uma língua nova, mas não é tudo. Existe um uso específico da linguagem que não está claro e evidente na sua forma estrutural, na regras da gramática. Ignorar tal fato pode levar as pessoas a cometer gafes lingüísticas ou a serem mal-interpretadas, com todo o tipo de consequência que isto pode causar. Na prática, equívocos provocados por esse tipo de uso da linguagem são semelhantes aos equívocos provocados por falsos cognatos (por exemplo, *bicha* em Portugal significa 'fila', mas, no Brasil, significa outra coisa; em Ita-



liano *salire* significa ‘subir’ e não ‘sair’...). Uma pessoa pode ouvir em muitos filmes americanos o uso da palavra *fucking* ou da palavra *bloody*, em filmes britânicos. Porém, na situação de sala de aula em uma universidade de língua inglesa, um aluno estrangeiro não pode dizer *this fucking rule doesn't work properly, ou this bloody phoneme is driving me crazy*, mesmo que tenha ouvido algum colega dizer estas coisas em casa.

A variação lingüística não é apenas uma questão estrutural, é, sobretudo, uma questão de uso. A situação torna-se mais complicada quando se leva em conta o fato de que todo indivíduo é falante de pelo menos uma variedade da língua, mas é ouvinte e entendedor de muitas variedades de uma ou de várias línguas. Manter distinto na mente os usos específicos dos elementos, formas e estruturas lingüísticas e colocá-los em ação de maneira adequada e correta, no tempo, no espaço e no ambiente social em que a linguagem está presente, é uma tarefa extremamente complexa e difícil. Daí a preocupação de alguns professores e métodos de ensino de línguas estrangeiras, a acharem que é mais barato, mais rápido e mais eficaz que as pessoas aprendam línguas estrangeiras vivendo em comunidades onde essas línguas são faladas, se possível, com a menor chance de usar a língua de origem, para forçar as pessoas não só a aprenderem as estruturas lingüísticas, mas, também, os usos corretos dessas estruturas nas mais variadas situações de vida.

Um caso curioso é encontrado na fala de emigrantes que mantém a língua de origem, mas perdem o contato com a comunidade de onde vieram. Com o passar do tempo, não adquirem as mudanças introduzidas, ficando com um sistema antiquado. Se depois de muitos anos voltam a falar com um membro da comunidade de origem, acabam passando por pessoas que ‘não evoluíram’, ou que falam como os avós. Isso aconteceu, por exemplo, com muitos filhos e netos de imigrantes japoneses que voltaram ao Japão. Um outro tipo de caso curioso ocorre com pessoas que aprendem a falar uma língua e a usam apenas até uma certa idade, não chegando a ser falantes adultos. Depois de muito tempo, já adultos, ao falarem a língua que aprenderam quando crianças, acabam revelando um padrão lingüístico infantil que, não raramente, desperta a curiosidade ou mesmo a zombaria dos adultos.

Vendo mais de perto a natureza da variação lingüística, encontramos uma variedade de tipos e de fatores condicionantes. A variação

pode ser *histórica*, como o uso de formas arcaicas da língua ou em desuso. Por exemplo, hoje não se diz mais *no tempo do onça*. A variação pode ser determinada por fatores geográficos: diferentes regiões congregam diferentes comunidades de falantes que acabam fazendo usos específicos da linguagem, sobretudo de vocábulos ou de regras fonológicas. Por exemplo, o legume que alguns chamam de *mandioca* é também chamado de *aipim* no Sul e de *macaxeira* no Norte. A variação pode ser *estilística*, sendo, então, interpretada como *mais* ou *menos formal*. Por exemplo, o uso corriqueiro da palavra *fucking* é muito informal, assim como o uso da palavra *intoxicated*, ao invés de *drunk*, para ‘bêbado’, representa um uso estilístico muito formal da linguagem. As variantes estilísticas podem definir também o que se chama de jargão, assim como elementos da linguagem de classes específicas de pessoas, como marinheiros, jogadores de futebol, médicos, advogados, malandros e bandidos... Nestes casos, o que mais se sobressai é o uso específico de certos termos ‘técnicos’. Por exemplo, embora signifique a mesma coisa, somente um botânico irá chamar a ‘mandioca’ de *manihot palmata*, definindo-a como *planta da família das Euforbiáceas*. Já no jargão de certas classes sociais, *mandioca* pode significar outra coisa bem diferente do legume. Um jargão contempla variantes que permanecem e costumam passar para novas gerações, diferentemente do que acontece com as chamadas *gírias*, que apresentam variantes de duração curta e muito marcadas no tempo e no espaço em que aparecem. Dizer *boco-moco* foi uma expressão de gíria dos anos 60, assim como *é uma brasa, mora!* As variantes lingüísticas podem estar ligadas a variáveis do tipo sexo e idade. As mulheres, diferentemente dos homens, empregam um vocabulário muito maior de cores, por exemplo. Gerações mais antigas podem manter formas que caíram em desuso na fala das novas gerações, como dizer *bacana* em vez de uma palavra como *legal*, usada pelas novas gerações. Uma geração mais antiga pode manter traços fonológicos, como a não palatalização de *t* diante de *i*, ao passo que as novas gerações só admitem a palatalização neste contexto. De muitas maneiras a fala das crianças é diferente da fala dos adultos. Diante desse quadro, os lingüístas foram obrigados a reconhecer que não existe na linguagem o que se poderia chamar de ‘variante livre’, ou seja, uma variante que seja puramente estrutural. Toda variante estrutural traz consigo algu-



ma marca sócio-cultural, histórica ou geográfica que define seu uso na sociedade. As chamadas ‘variantes livres’ podem não encontrar um contexto estrutural previsível, mas certamente, encontrarão um contexto pragmático de uso.

Assim, por trás de toda variação lingüística existe uma certa manipulação da linguagem por parte dos usuários. Por essa razão, não se pode falar de variação sem falar de preconceito. O preconceito associado ao tratamento das variantes lingüísticas pode ser remontado à própria origem das gramáticas, como se disse acima. A distinção entre *norma culta* ou *dialeto padrão* e a *fala errada*, entre a lógica da gramática e as figuras de linguagem, existe na sociedade e na gramática por causa de uma forma de preconceito que usa a linguagem como motivo de discriminação. O preconceito que estava na figura dos usuários da língua, se pobre ou ignorante, passou para as estruturas da gramática, quando uma lógica filosófica passou a servir de juiz dos usos da linguagem, ou seja, da lógica da linguagem. Quando um gramático diz que *você* não é pronome de segunda pessoa, porque o verbo está ‘na terceira’, busca uma lógica que a Língua Portuguesa de certas regiões não tem mais, uma vez que a conjugação verbal não segue mais o modelo antigo. As mesmas pessoas que se investem contra o sistema pronominal em uso comum hoje, por ser diferente daquele de algumas décadas atrás, não tem o mesmo sentimento de ilogicidade diante de uma frase como *amanhã vou ao cinema*, em que aparece um advérbio denotando o futuro, o verbo no tempo presente e o significado geral da frase expressando uma ação a realizar-se no futuro. A contradição temporal nem sequer é aventada porque trata-se de um uso tão antigo quanto a existência da própria língua. A gramática normativa com esse olhar preconceituoso faz de descrição da linguagem uma caricatura. Embora algumas pessoas achem, elas não têm razão completa em dizer que a dita norma culta representa o que a gramática normativa prescreve. Como a linguagem é um processo dinâmico, está em constante transformação, as próprias regras das gramáticas normativas também sofrem alterações com o tempo, mas isto só é percebido quando se comparam gramáticas muito distantes no tempo. Pesquisas sociolingüísticas cuidadosas têm mostrado que a chamada norma culta é algo muito mais complicado do que os gramáticos pensam. Muitas vezes, quando as pessoas cultas querem se ater demais

às regras da gramática, acabam passando os limites do tolerável, sendo consideradas pessoas de falas pedantes e arrogantes, que querem exercer uma certa forma de poder através da gramática, e não comunicar ou convencer através do conteúdo do seu discurso.

Uma norma culta pode ser imposta através da força do poder de governar, principalmente em situação de conflito de línguas. O mais comum, entretanto, é o reconhecimento de uma norma culta no uso da língua feito por pessoas de cultura, sobretudo, por autores de obras literárias, técnicas, científicas, artísticas e culturais, em geral. A escrita, entretanto, tende a não manifestar conflitos entre diferentes normas cultas, encontradas em diferentes regiões do país. As diferenças, como se disse antes, são mais evidentes na pronúncia e no uso de palavras e de expressões.

O preconceito marca primeiro o interlocutor e, depois, busca nas peculiaridades de seu falar os traços distintivos que o tornam vulnerável à discriminação. Se alguém não gosta de pobre, é só ver em sua fala as variantes que apresenta, julgá-las fruto da ignorância e não de um uso diferenciado das estruturas lingüísticas e, em seguida, passar tal julgamento dos elementos lingüísticos para a pessoa do falante. A pobreza que não tinha nada a ver com a ignorância, através desse jogo preconceituoso de manipulação dos valores lingüísticos, acaba sendo sinônimo de falta de cultura, de conhecimentos, de capacidade para seguir as regras do pensar lógico, enfim, da gramática. A atitude da sociedade invade todo o comportamento social, se torna presente nos meios de comunicação, na mídia, nos meios de propaganda, na literatura, etc., e, como não podia deixar de ser, vai ser encontrado até mesmo nas escolas e nos livros didáticos. O mais incrível é que as próprias vítimas dos preconceitos acabam se convencendo de que falam errado, de que não sabem pensar, enfim, de que não sabem falar. Como todo preconceito, é difícil de ser extirpado da sociedade. Não basta constatar as diferenças, as pessoas querem se julgar melhores ou superiores às demais e, para isto, lançam mão de forma de diferença, como pretexto para suas avaliações e atitudes.

O fato de a escola querer “ensinar Português” para quem é falante nativo de Português tem uma boa dose de preconceito. O “ensino de Português” deveria privilegiar a descrição das estruturas e dos usos da língua. O uso da expressão “ensinar Português” é um rótulo que pode escond-



der um preconceito. Quem só ensina a gramática normativa, certamente acha que está corrigindo um “Português errado”, “ensinando a pensar direito” e que simplesmente descrever a língua é forma de misturar o bom com o estragado.

Historicamente, convém lembrar, a norma culta nada mais é do que a fala da classe dominante. Se esta mudar, o status social da língua também muda. O que chamamos hoje de Línguas Portuguesa, Espanhola, Francesa, Italiana, etc., que pertencem às línguas românicas, eram, a um certo tempo, um Latim estropiado, deselegante, considerado, pelos eruditos falantes do Latim Clássico, como uma forma errada e indesejável de falar e escrever o Latim. Depois que os povos dominados pelos romanos adquiriram o poder nas províncias e passaram a reinar e a estabelecer uma nova ordem sócio-cultural, o seu modo de falar o Latim já muito modificado acabou se tornando um modelo social, passando a ser uma nova norma culta. A partir de então, começaram a surgir gramáticas normativas nessas e dessas novas línguas e a história da variação e preconceito lingüísticos voltaram a se instalar nas novas sociedades e nas novas línguas. Os novos pobres passaram a ter o seu modo de falar, que também resultara de um Latim estropiado como o dos poderosos, como um símbolo de ignorância, de falta de cultura e até mesmo da falta de capacidade para ver como deveriam ser as estruturas da linguagem. O velho Latim Clássico, como acontece nesses casos, passou a ser uma língua morta, sem ter mais falantes nativos, apenas aprendizes.

De vez em quando, surge alguém achando que o certo é falar Latim ou, então, que para se saber Português é preciso saber Latim: sem conhecer o sistema lingüístico latino, uma pessoa não é capaz de analisar corretamente o Português, nem de usá-lo com propriedade. Além de ser um equívoco do ponto de vista científico sem qualquer fundamento, tais afirmações denotam, ainda, um preconceito. Os latinos deviam falar o mesmo do grego clássico e este, quem sabe, de algum antecessor, o que, em última instância nos levaria, falantes de Português, a ter que estudar a língua primeira da humanidade para encontrar a verdadeira fonte do saber lingüístico. A Lingüística Moderna já explicou e provou muito bem que as línguas e a linguagem se explicam através de teorias específicas e que a referência a ancestrais lingüísticos, quando muito, serve para contar uma história lingüística. Os sistemas se explicam por si e são revelados pelas teorias lingüísti-

cas. Ninguém precisa saber Latim para conhecer o Português, nem vice-versa. O que se verifica, às vezes, é a constatação de que o conhecimento de muitas línguas, sejam elas quais forem, é um bem cultural que acrescenta habilidades lingüísticas. se alguém conhece Português e Latim acaba tendo mais conhecimentos do que quem sabe apenas Português. Se, em lugar do Latim, estivesse o Chinês, o Xavante ou o Basco também aconteceria uma situação semelhante. Na verdade, o falante de uma língua não pode usar em sua língua as estruturas de outras línguas, porque acabaria gerando formas agramaticais. Nesse sentido, o que é bom para o Latim não é bom para o Português, e vice-versa. A vantagem do bilingüismo em qualquer uma de suas formas e manifestações é apenas cultural. O mesmo tipo de crítica se deve fazer àquelas pessoas que acham, por exemplo, que o Alemão é uma língua clara, que serve melhor do que as demais para exprimir conceitos filosóficos, ou que o Italiano é a língua mais melodiosa da face da Terra, que o falar brasileiro é arrastado porque o povo é preguiçoso e errado porque o povo é ignorante. Achar que o Francês é a língua por excelência da literatura e o Inglês a língua perfeita para a tecnologia são outras tantas afirmações descabidas, equivocadas, que manifestam grandes preconceitos. Certamente, alguns povos produzem mais e melhor material literário, filosófico, técnico, etc., do que outros, mas nem por isso se deve confundir o resultado do uso da linguagem com a própria natureza das estruturas gramaticais. O que faz um alemão ser filósofo não tem nada a ver com a estruturas gramaticais da Língua Alemã. A Língua Italiana apresenta variação melódica como qualquer outra língua. Por outro lado, não é porque um povo não desenvolve certo tipo de atividade cultural ou tecnológica que sua língua é pobre. Pior ainda seria considerar que certos povos não se desenvolvem cultural e tecnicamente porque usam uma língua inferior, impossível de chegar aos requintes da arte e da ciência. As necessidades lingüísticas variam muito de uma comunidade para outra, mas todos têm na língua que falam todos os elementos necessários para dizer tudo o que quiserem e entender tudo o que ouvirem. Se aparecer algo novo, que precisa de nome, arranja-se um nome. O uso literário, e, sobretudo, poético, quando intensificado, acaba descobrindo dentro da própria língua formas de expressão com relação às quais as demais pessoas ainda não tinham se dado conta.

Uma outra questão séria é a atitude da es-



cola e do processo escolar e educativo, em geral, perante a variação lingüística. Não passa de uma medida paliativa a sugestão de que a escola precisa ensinar a norma culta para permitir a promoção social dos alunos menos favorecidos. Trata-se, na verdade, de um 'quebra-galho', da atitude de 'quem não tem cão, caça com gato'. A atitude mais honesta da escola seria denunciar o preconceito, mostrando suas origem e forma de propagação. É preciso acabar com o mal pela raiz, usar medicina preventiva, para que os efeitos indesejáveis do preconceito lingüístico não tenham chance de sobreviver na sociedade. Enquanto o processo de renovação não se espalha de maneira significativa, deve-se propor como medida de emergência a preferência pela norma culta, como uma opção lingüística melhor na atual sociedade em que os alunos vivem. Inverter os procedimentos é enfatizar o preconceito, amenizá-lo ou mesmo descaracterizá-lo, coisa que a escola não deveria fazer nunca.

O preconceito lingüístico começou, como vimos, com o nascimento das primeiras gramáticas e se perpetuou, assim como as próprias gramáticas normativas. Apesar de todo o esforço dos lingüistas em derrubar esses dois tabus, parece que quanto mais se adquire cultura e dinheiro, mais fica reforçado o preconceito lingüístico e a ilusão de uma gramática normativa como guia seguro de bom uso da linguagem. A reação aos lingüistas se manifesta, às vezes, de maneira contundente, por exemplo, com a mídia bancando uma campanha de 'melhoria' da língua, de 'limpeza étnica lingüística', através da divulgação de 'formas de bem dizer' a língua. Ao atacar violentamente os estrangeirismos, as pessoas se esquecem que o vocabulário que usam, por exemplo, falando Português, é, em grande parte, emprestado do Latim e do Grego e, em parte não menos significativa, de outras línguas. Na verdade, ninguém inventa nada por si e tudo o que existe em uma língua veio de outras línguas. O que fere a sensibilidade dessas pessoas é a contemporaneidade dos empréstimos, como se isto revelasse uma falta de capacidade de quem toma emprestado e uma superioridade de quem empresta. No fundo, isso não passa de preconceito.

O ensino de Língua Portuguesa sem o ensino de Lingüística Geral tem sido um dos responsáveis pela situação infeliz dos estudos da linguagem entre nós. Nas faculdades, o ensino de Português reforça de maneira absurdamente imposi-

tiva a concepção de linguagem da Gramática Normativa, em detrimento de qualquer tentativa de estudo através de uma Gramática Descritiva. Como um professor forma outro professor à sua imagem e semelhança, forma-se um círculo vicioso sem saída. Os professores saem das faculdades de Letras e se espalham por muitos setores da sociedade e levam uma enorme bagagem de preconceitos lingüísticos, uma visão distorcida da natureza, função e usos da linguagem, já bem descritos pela Lingüística Moderna, que não encontram nenhuma referência no modelo das gramáticas normativas. Basta ver os programas de estudos da língua das escolas de qualquer nível para se encontrar diante de um quadro realmente lamentável. Os próprios programas do governo forçam a manutenção desse *status quo*. Como se não bastasse ter que aturar provas e exames em todos os níveis e para tudo, o conteúdo que exigem raramente toca em alguma questão realmente relevante, atendo-se quase que exclusivamente a regras da gramática normativa ou a interpretações de texto baseadas num equilíbrio de bom senso, um malabarismo mental que procura um *matching* entre o que pensa o autor da prova e o paciente dessa atividade. Questões importantes das estruturas lingüísticas do discurso passam longe e só vão ser encontradas em uns poucos lingüistas, dedicados a esse tipo de pesquisa.

É uma manifestação clara de preconceito lingüístico achar que a linguagem se reduz ao que diz uma gramática normativa, ou que fazer análise sintática leva os alunos a terem um pensamento lógico, claro e ordenado. Na verdade, a educação lingüística deveria ser tão abrangente de modo a mostrar os mais variados aspectos da natureza e do uso da linguagem e das línguas. Por que não se estudam as teorias lingüísticas: estruturalismo, gerativismo, fonologia métrica e prosódica, otimalidade, teorias funcionalistas, etc.? O que se estuda de semântica, muitas vezes, não tem nada a ver com a semântica que interessa aos lingüistas. Os próprios estudos de Filologia, praticados em algumas instituições, são muito retrógrados, não tendo evoluído como os estudos de Lingüística Histórica. Qual professor de Português que sabe fazer uma transcrição fonética? que sabe descrever padrões rítmicos e entoacionais e relacioná-los com as atitudes dos falantes? E assim por diante. Os professores de língua fazem tanta questão das formas escritas e dificilmente se encontra um que conheça a história da escrita e da ortografia da língua. Esta é uma ques-



tão que precisaria ser seriamente debatida pelos encarregados da educação lingüística das novas gerações e deveria começar, é claro, nos níveis mais altos dos estudos universitários. Somente aí se pode quebrar a rotina do círculo vicioso mencionado acima.

Não se pode tratar de um assunto como variação lingüística e ação escolar, sem mencionar uma atitude também muito perversa e equivocada, falsamente atribuída à Lingüística, de que a escola deve aceitar tudo sem interferir, que vale tudo, seja feito da maneira como for. A favor dessa atitude são arroladas teorias psicológicas, pedagógicas e lingüísticas, em geral, mal interpretadas. Não se trata apenas de achar que qualquer teoria vale, que todas são iguais, porque, de fato, elas não o são. A linguagem representa um bem cultural que precisa ser tratado com carinho e com atenção. A aceitação da existência da variação lingüística na fala não é pretexto nem desculpa para que as pessoas não usem as formas ortográficas requeridas, porque a ortografia não tem variação, trata-se de uma forma congelada de escrita das palavras, justamente para neutralizar a variação lingüística da fala. O mesmo se estende aos demais níveis da gramática. O que os estudos lingüísticos fazem é descrever uma língua e explicar uma linguagem e isto nada mais é do que uma gramática. É uma gramática descritiva, não prescritiva, normativa. Para a Lingüística, também existem formas agramaticais, modos errados de usar a língua. A Lingüística também tem uma posição muito clara com relação à adequação no uso da linguagem em função das necessidades lingüísticas dos usuários e da comunidade de falantes e, entre outras coisas, diz que há muitos modos de empregar a linguagem e que cada qual se insere num contexto muito específico. Há diferentes estilos para diferentes ocasiões. Diferenças dialetais, por exemplo, de pronúncia e de sintaxe, devem acontecer nos seus *habitats* naturais, caso contrário, podem parecer um “peixe fora da água”. A linguagem da escola não é necessariamente a linguagem do botequim ou da cozinha e vice-versa. Porque a Lingüística descreve de maneira melhor a natureza, a função e os usos da linguagem, tem condições de dizer também, melhor do que qualquer outra forma de interpretar a linguagem, como os falantes devem se comportar lingüisticamente nas mais diferentes situações da vida. Em muitos casos, dentro dessa perspectiva, a escola deverá ensinar formas variantes dialetais para certos alunos, como quem ensina uma outra

língua, porque tais formas precisam ser não apenas elementos de compreensão, mas também habilidades que devem estar à disposição dos usuários, quando necessárias. A Lingüística, portanto, não é contra o ensino da norma culta, como também não é contra o estudo das formas dialetais, dentro dos mesmos parâmetros descritivos.

Em países com uma população muito grande, aparecem várias normas cultas, dependendo da história de diversas regiões, principalmente, do desenvolvimento econômico e cultural que tiveram. A língua do país é dividida em partes, em normas cultas que podem até mesmo estarem em conflito umas com as outras. O que representa uma norma culta em uma região pode não gozar do mesmo prestígio em outra. Isso acontece, por exemplo, no Brasil. Não é difícil reconhecer diferentes normas cultas, como as que se encontram no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Nordeste, etc. Nestes casos, como o nosso, as diferenças se localizam mais na pronúncia e um pouco no léxico.

A título de conclusão, juntando um pouco as reflexões apresentadas acima, nota-se que a questão da variação lingüística é apenas um problema entre muitos outros que a escola enfrenta. Talvez seja o problema mais sério da escola com relação aos estudos lingüísticos. Mas, para resolvê-lo, na verdade, é preciso mudar muito mais coisa do que a simples compreensão da variação lingüística. É preciso ter uma outra atitude perante a linguagem e os estudos lingüísticos. Enquanto os professores de língua não forem lingüistas, há pouca esperança de melhorar o ensino.

A ação da escola é de fundamental importância para se estabelecer uma cultura lingüística, um modo de ver a linguagem difundido culturalmente nos mais variados setores da sociedade. Hoje, e, infelizmente, ainda num futuro que se estende até não se sabe quando, o preconceito causado pela má interpretação da variação lingüística irá causar aborrecimentos, confusão, transtornos a muita gente, sobretudo nas relações internacionais, que ocorrem com muito mais facilidade e frequência nos dias de hoje, e criar empecilhos, decepções e frustrações para muita gente que poderá se ver preterida ou excluída, talvez, sem nem saber o porquê. Mesmo que sejamos impotentes para mudar a situação lamentável em que vivemos, o simples fato de tomar consciência dela e agir com um mínimo de decência lingüística, já é abrir caminho para um futuro melhor.

